



3698 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT24 - Educação e Arte

AS REFORMAS CURRICULARES E A CONSTRUÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE: um olhar para o curso de Licenciatura em Música da UFPE

Emília Patrícia de Freitas - UNIVERSIDADE FEDERAL PE

Maria da Conceição Carrilho de Aguiar - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

RESUMO

Este artigo objetiva compreender como as reformas curriculares impactam na constituição da profissionalidade do professor de Música da UFPE. Uma reforma curricular carrega e representa uma ideologia que abrange tanto as instâncias mais amplas da organização social como as decisões materializadas nos contextos educativos. A partir dos dados levantados, inferimos que os saberes adquiridos pelos estudantes foram diversos e contribuíram com a construção da profissionalidade docente.

Palavras-chave: Reformas Curriculares. Profissionalidade Docente. Licenciatura em Música.

AS REFORMAS CURRICULARES E A CONSTRUÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE: um olhar para o curso de Licenciatura em Música da UFPE

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender como as reformas curriculares impactam na constituição da profissionalidade docente do professor de Música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A referida instituição vem, nos últimos anos, materializando uma série de reformas curriculares, implementadas a partir da Resolução de nº 12/2008, que estabeleceu as diretrizes para as reformas curriculares dos cursos de licenciatura da UFPE. Tais mudanças ocorrem a partir das demandas nacionais, através de movimentos pela reformulação dos cursos de formação docente e, por consequência, dos futuros profissionais da educação.

As reformas curriculares não podem ser reduzidas ao acréscimo, eliminação e/ou substituições de disciplinas e conteúdos. Para o real enfrentamento dos entraves a uma formação de qualidade, fazem-se necessárias convergências sobre a reflexão teórica sobre o currículo e a formação do futuro professor. Será que foi isso o que aconteceu com o curso de Licenciatura em Música da UFPE?

1 O CURRÍCULO E AS REFORMAS CURRICULARES

O currículo e as reformas curriculares não podem ser compreendidos como o resultado de um processo evolutivo e, sim, como um conceito/processo em constante movimento, "um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais" (SILVA, 1996, p.78).

Conforme Silva (2004), como objeto de estudo, como um campo profissional especializado, os estudos sobre currículo aparecem pela primeira vez nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos de 1920. Tal surgimento é causa e consequência de uma série de processos econômicos, políticos e sociais vivenciados por aquela sociedade, tais como a industrialização e a urbanização, o crescimento da imigração, a massificação da escola, entre tantos outros.

Em Silva (2004), encontramos a percepção de que não basta elaborar e difundir uma concepção de currículo, de uma teoria curricular, faz-se necessário compreender quais as concepções implícitas e explícitas sob determinada teoria e/ou discussão curricular. O currículo, afirma o autor, "é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo" (SILVA, 2004, p.15).

Dessa forma, ao invés de priorizarmos o quê deve ser ensinado, deve-se questionar que tipo de ser humano pretende-se formar; o tipo racional do ideal humanistas? O tipo competitivo do modelo neoliberal? E/ou o sujeito desconfiado, crítico e transformador? Para cada um desses – e de outros modelos – haverá um tipo de conhecimento a ser materializado, um tipo de currículo a ser implementado.

Sobre as reformas curriculares, um primeiro aspecto a ser destacado, é que elas fazem parte das políticas educacionais mais amplas e, por consequência, de uma compreensão do que é e qual o papel da educação no contexto social. O Brasil tem vivido transformações nas estruturas curriculares em diversos níveis de ensino e que tais mudanças não podem ocorrer de forma verticalizada e deveriam relacionar as reformulações das políticas curriculares a um projeto de sociedade mais justo para todos os cidadãos.

Uma reforma curricular carrega e representa sempre uma ideologia que abrange tanto as instâncias mais amplas da organização social como, também, as decisões materializadas nos contextos educativos. Em acordo com tal afirmativa, Pacheco (2003, p. 14) considerada que “as reformas curriculares correspondem ao conjunto de leis e de regulamentações que dizem respeito ao que deve ser ensinado nas escolas”.

O referido autor diz que uma reforma curricular pode ser implementada a partir de três tipos de instrumentos: 1. Normativos explícitos e objetivos, que são as leis, decretos-leis, portarias e despachos normativos; 2. Normativos interpretativos e subjetivos, que são os circulares e ofícios circulares e; 3. Documentos de orientação e apoio, que são os textos de apoio, documentos internos da escola, por exemplo. O autor nos leva a concluir que toda política curricular é, simultaneamente, “processo e produto”, ou seja, envolve intenções, práticas e ações concretas no cotidiano. As reformas curriculares, portanto, são complexas, estão em constantes interações, mudanças, ações, reações, negações e/ou afirmações.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o nosso estudo, que tem como objetivo compreender como as reformas curriculares impactam na constituição da profissionalidade docente do professor de Música da UFPE buscamos, inicialmente, identificar como está organizada a atual estrutura curricular do curso de Licenciatura em Música da UFPE e, por consequência, analisar o impacto dessa estrutura na formação deste (futuro) professor.

Aplicamos um questionário com 18 (dezoito) estudantes em etapa final de formação no curso de Licenciatura em Música e realizamos entrevistas com 03 (três) desses estudantes com o objetivo de conhecer quem são esses sujeitos, que razões os levaram a escolher a docência em Música e como o atual perfil curricular do curso vem afetando a construção de suas respectivas profissionalidades docentes.

3 RESULTADOS

Traçando um breve perfil, o curso de Licenciatura em Música compõe o Departamento de Música da UFPE e foi criado em 1972, através da autorização de funcionamento, Parecer de nº 2.154/78 de 05 de julho de 1978 e reconhecido pelo Decreto nº 82.167 de 24 de agosto de 1978, publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 1987.

Atualmente, são ofertadas 30 (trinta) vagas para a primeira entrada, com aulas ofertadas no horário da manhã e outras 30 (trinta) vagas para a segunda entrada, com aulas ofertadas no horário noturno. O curso tem duração mínima de 08 (oito) semestres e duração máxima de 14 (quatorze) semestres. O objetivo geral do curso de Licenciatura em Música consiste em:

Implementar processos de ensino e aprendizagem de ordem teórico-prática eficazes para a formação do profissional educador em Música. Pretende-se habilitar tecnicamente o licenciando, contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas, metodológicas e criativas em sua atuação profissional, de modo ético, responsável e consciente, como agente formador no campo do ensino da Música (PPC de Licenciatura em Música, 2012, p.25).

A mais recente renovação de reconhecimento do curso ocorreu através da Portaria nº 286 de 21 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2012. Esse perfil curricular instituiu 03 (três) ênfases formativas, a saber: ênfase em Prática Instrumental, ênfase em Musicologia/ Etnomusicologia e ênfase em Prática Composicional. Os respectivos perfis foram implantados em 2013.1 e totalizam, cada um deles, 3.125 horas de formação.

Com essa organização, o curso de Licenciatura em Música busca formar estudantes aptos a atuar como docente na Educação Básica e nos diferentes contextos da Educação Não-formal, tendo como princípios dessa formação o pensamento reflexivo, a sensibilidade artística, a apropriação de técnicas composicionais e conhecimento de estilos, repertórios, obras e demais criações musicais, “aptidões indispensáveis à atuação profissional na sociedade, nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas inerentes à área da Música” (PCC de Licenciatura em Música, 2012, p. 27).

Os dados iniciais apontaram que os estudantes em etapa final de formação no curso de Licenciatura em Música são, predominantemente, do sexo masculino e um público de adultos jovens. Todos ingressaram no curso no ano de 2014 e, também, entre os 18 (dezoito) estudantes que preencheram o questionário, 17 (dezesete) tem a pretensão de ser professor de música – apontando uma identificação com a docência em Música como relevante à realização pessoal e profissional.

De acordo com os dados, a escolha pela licenciatura de Música se releva, basicamente, na infância e na juventude, fomentado nas experiências vividas na igreja católica e/ou evangélica, bem como nas experiências familiares. Tais respostas exemplificam o dado anunciado por Dubar (2005) de que a identidade profissional e da profissionalidade vai se desenvolver ao longo da história de vida pessoal dos indivíduos, de suas socializações primárias até as socializações secundárias.

O atual perfil curricular do curso de Licenciatura em Música propõe um conjunto de componentes, a saber: componentes pedagógicos, componentes de práticas pedagógicas, estágio curricular, componentes específicos da Música, atividades complementares e componentes eletivos. Os estudantes que responderam ao questionário revelaram uma satisfação com os componentes pedagógicos vivenciados no curso e materializados no Centro de Educação da mesma universidade.

A gente teve professores que buscaram muito inovar junto com a turma, que buscaram a novidade! Então eram professores que, como a turma era mista, os professores orientavam mesmo, davam textos que linkassem educação e a parte musical (Fragmento da entrevista com E1).

Acerca dos componentes de práticas pedagógicas específicas de Música, os entrevistados destacaram, em suas respectivas falas, as aulas de Metodologia do Ensino da Música. São 04 (quatro) as Metodologias vivenciadas pelos estudantes no decorrer do curso e alguns saberes e competências aprendidos nessas disciplinas foram exemplificadas assim:

Eu acho que as cadeiras de educação musical ofertam um leque, um banquete de possibilidades de como você trabalhar a música em sala de aula e essas foram as que achei que mais me trouxe contribuição (Fragmento da entrevista de E2).

No PPC de Licenciatura em Música, está descrito os campos de realização dos estágios: escolas de rede pública ou privada de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, organizações não-governamentais ou projetos sociais e, também, em escolas profissionalizantes de música e conservatórios. O Estágio Curricular Supervisionado da Música está regulamentado a partir da Resolução nº 12/2008. Tal documento propõe que o estudante vivencie 400 horas de estágio. Diz ainda que o estágio inclua atividades de observação, regência de classe, ações de planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico.

Tanto os estudantes que responderam ao questionário quanto os estudantes entrevistados avaliaram positivamente o aumento da carga horária e a incursão por vários ambientes de prática de estágio, por essa estratégia possibilitar experimentar o “mundo real”, o contexto real de ensino e, afirmaram que as vivências colaboraram com a formação profissional – tanto atual, como futura – deles.

Inferimos que as práticas de estágio contribuíram com a construção da profissionalidade docente, pois possibilitaram conhecer e atuar no mundo vivido do trabalho. Sobre tal aspecto, Dubar (2005) aponta que a imersão no contexto real de trabalho, a trajetória socioprofissional e a relação do indivíduo com o processo de formação são essenciais à construção de sua identidade profissional e, portanto, da profissionalidade docente.

Quanto às disciplinas de fundamento e de prática musical, os entrevistados exemplificaram que elas oportunizaram o aprendizado e o aprofundamento de saberes e técnicas as mais diversas, relevantes ao ensino e ao aprendizado da linguagem musical, como exemplificado a seguir:

Os saberes são diversos que a gente aprende. Principalmente de técnica vocal, porque a gente pode até cantar antes, mas a gente não em o estudo de como cantar ou de como ensinar as pessoas a cantarem. De regência, porque a gente rege intuitivamente, mas a gente não sabe como direcionar um coro, como fazer aquele grupo funcionar (Fragmento da entrevista com E3).

Os estudantes que responderam ao questionário e os entrevistados fizeram uma avaliação positiva da própria formação, anunciando que o curso se propôs à formação docente na linguagem musical e obteve êxito em sua proposta, conforme exemplificado:

eu acho que o curso oferece ferramentas, ou pelo menos abre portas para você se tornar um professor de música bom, digamos assim. Eu acho que foi um grande avanço algumas coisas que a gente está tendo hoje no nosso currículo, em comparação ao que tinha há 10, 20 anos atrás (Fragmento da entrevista com E2).

Compreendemos, a partir dos dados levantados no questionário e aprofundados/exemplificados nas entrevistas, que os saberes adquiridos pelos estudantes de Licenciatura em Música foram diversos e contribuíram com a profissionalidade desses estudantes. Tal dado confirma as reflexões de Dubar (2005) que confere a formação inicial uma etapa importante por inserir o indivíduo no contexto profissional.

A profissionalidade docente se consolida numa formação de perspectiva crítica e no reconhecimento de que saberes, atitudes, conhecimentos e habilidades não são neutros, ao contrário, estão enredados em dinâmicas de poder e, por isso, o estudante deve associar os saberes construídos nessa etapa formativa, aos valores da ética e da prática da pesquisa como mobilizadores de um ensino mais crítico, contextualizado e reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As verbalizações obtidas demonstraram que o atual PPC de Licenciatura em Música e o atual perfil curricular ofertado (perfil 8805-1) desde o ano de 2013 estão em consonância com as demandas e prerrogativas legais estabelecidas tanto nos âmbitos interno como externos a UFPE e buscam acompanhar as mudanças e os contextos sociais inerentes à profissão do professor de Música.

Na perspectiva dos estudantes o curso apresenta limites de ordem material (falta de equipamentos, falta de uma melhor estrutura física, etc.). Ainda assim, os mesmos estudantes apontam que o curso contribuiu, efetivamente, com a constituição da profissionalidade docente desejada, oportunizando o aprendizado de saberes, competências e habilidades necessários para atuar tanto nos campos formais, como não-formais de ensino da linguagem musical.

REFERÊNCIAS

DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

PACHECO, J. A. **Políticas Curriculares** – referências para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, T. T. **Identidades Terminais** – as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. (org). **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. 7.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UFPE. CCEPE. Resolução CCEPE n° 12, de 15 de julho de 2008. **Estabelece as diretrizes para as reformas curriculares dos cursos da Licenciatura da UFPE e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.ufpe.br/proacad>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

_____. PROACAD. CAC. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Licenciatura em Música**. CAC/UFPE. Recife, 2012.